COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N.º, DE 2010.

(Do Sr. Paulo Pimenta e Outros)

Requer realização de audiência pública para discutir a criminalização dos movimentos sociais, as causas da violência no campo, e as medidas legislativas cabíveis.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam convidados os Senhores Sérgio Sauer, professor da Universidade de Brasília – UnB, e João Pedro Stédile, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, para, em audiência pública, discutir a Criminalização dos Movimentos Sociais, as Causas da Violência no Campo e as Medidas Legislativas Destinadas a Amenizar ou Por Fim a esta Violência.

JUSTIFICATIVA

A violência é a face macabra da concentração fundiária brasileira. O assassinato de lideranças sindicais e religiosas que se tornaram mundialmente conhecidas, como o sindicalista Chico Mendes e o Padre Josimo Tavares, e, recentemente, a missionária Dorothy Stang; o assassinato ao longo das últimas três ou quatro décadas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais anônimos; os massacres de trabalhadores como os ocorridos em Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA), apenas para citar casos mais contemporâneos.

Em depoimento prestado à CPMI da Terra, Dom Tomás Balduíno¹ informou que, de 1985 a 2004, foram assassinados 1.349 lavradores, em 1.003 ocorrências diferentes. Apenas 75 dessas ocorrências foram julgadas, sendo que 64 executores foram condenados e 44 absolvidos. Se forem considerados os

¹ Exposição oral apresentada à 8ª Reunião da CPMI da Terra, realizada em 27.04.2004.

mandantes, os números da impunidade são ainda mais dramáticos. Destes 1.349

assassinatos, só 15 mandantes foram condenados, ao passo que 6 foram

absolvidos, revelando a realidade de violência e de impunidade no campo brasileiro.

O mês de abril é particularmente lembrado pelo massacre de Eldorado

de Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, quando o Brasil assistiu ao confronto

entre 1500 lavradores, que estavam acampados na região, e a Polícia Militar, com

um saldo de 19 lavradores assassinados e centenas de sequelados. Dos 155

militares acusados só dois foram condenados, e cumpriam a pena em liberdade.

Nenhuma indenização foi paga aos sobreviventes

Existem várias proposições em tramitação no Congresso Nacional

objetivando dar uma solução à violência no campo, que persiste apesar de todos os

esforços do governo.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2010.

Deputado Paulo Pimenta – PT/RS